

BIBLIOGRAFIA TEMÁTICA

LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LGPD

*Escola de Contas Públicas
Biblioteca Cyro dos Anjos*

 **TCDF** Abril, 2022

APRESENTAÇÃO

As Bibliografias Temáticas do Tribunal de Contas do Distrito Federal têm como objetivo disponibilizar aos Conselheiros, aos servidores do Tribunal, aos jurisdicionados e à população em geral referências bibliográficas que contribuam para a ampliação dos conhecimentos a respeito de temas específicos.

O material selecionado priorizará os documentos publicados nos últimos 5 anos, salvo exceções em que se faça necessária a coleta de materiais mais antigos para melhor cobertura da temática abordada. As fontes de informação utilizadas para a elaboração das Bibliografias Temáticas são as seguintes: Rede Virtual de Bibliotecas (RVBI), sítios eletrônicos de Instituições congêneres e internet em geral.



Neste primeiro momento somente serão selecionadas as referências de materiais da RVBI que estejam disponíveis na Biblioteca Cyro dos Anjos ou de forma on-line, visto que o empréstimo entre bibliotecas conveniadas está temporariamente suspenso por tempo indeterminado.

Esta edição das Bibliografias Temáticas é dedicada ao tema “Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD”.

Para outras informações, favor entrar em contato com a Biblioteca pelo e-mail biblioteca@tc.df.gov.br.

ARTIGOS DE PERIÓDICOS

1.
ALMEIDA, Fabíola Meira de; TALIBA, Rita. Lei geral de proteção de dados no Brasil e os possíveis impactos. *Revista dos tribunais*, São Paulo, v. 107, n. 998, p. 225-239, dez. 2018.
2.
ANDRADE, Matheus Baia de. Novos tempos para o tratamento de informações do consumidor: uma análise da mudança de paradigma operada pela Lei geral de proteção de dados (Lei 13.709/2018) e pela Lei complementar 166/2019 em matéria de banco de dados de proteção ao crédito. *Revista dos tribunais*, São Paulo, v. 109, n. 1015, p. 131-153, maio 2020.
3.
BUCHAIN, Luiz Carlos. A Lei geral de proteção de dados: noções gerais. *Revista dos tribunais*, São Paulo, v. 108, n. 1010, p. 209-229, dez. 2019.
4.
CALABRICH, Bruno. O conceito de tratamento de dados pessoais e o acórdão Lindqvist, do Tribunal de Justiça da União Europeia. *Revista do Tribunal Regional Federal: 1. Região*, Brasília, v. 31, n. 2, p. 1-8, maio/ago. 2019.
[Acesso on-line](#)
5.
CAMPOS, Sílvio Tadeu de. Compliance digital na administração pública: conformidade no tratamento de dados pessoais em contratações públicas de serviços de tecnologia nos órgãos públicos. *Fórum de contratação e gestão pública*, Belo Horizonte, v. 20, n. 234, p. 81-103, jun. 2021.
6.
CASTRO, Rodrigo Pironti Aguirre de; LOVATO, Rafael Porto. LGPD e os tribunais de contas. *Fórum administrativo*, Belo Horizonte, v. 20, n. 236, p. 71-74, out. 2020.
7.
DERBLI, Ludimila Santos. O transplante jurídico do Regulamento Geral de Proteção de Dados da União Europeia ("GDPR") para o Direito brasileiro. *Revista Eletrônica do Programa de Pós-graduação da Câmara dos Deputados*, Brasília, v. 12, n. 30, p. 181-193, set./dez. 2019.
[Acesso on-line](#)
8.
ENGELMAN, Wilson; BASAN, Arthur; REICH, José Antônio. A Lei geral de proteção de dados pessoais e a tutela dos direitos fundamentais nas relações privadas. *Interesse público*, Belo Horizonte, v. 22, n. 121, p. 77-110, maio/jun. 2020.

- 9.**
FACCHINI NETO, Eugênio; DEMOLINE, Karine Silva. Direito à privacidade na era digital: uma releitura do art. XII da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) na sociedade do espetáculo. *Revista Internacional Consinter de Direito*, Curitiba, v. 5, n. 9, p. 119-140, jul./dez. 2019.
[Acesso on-line](#)
- 10.**
FINKELSTEIN, Maria Eugenia; FINKELSTEIN, Claudio. Privacidade e Lei geral de proteção de dados pessoais. *Revista de Direito Brasileira*, Florianópolis, v. 9, n. 23, p. 284-301, maio/ago. 2019.
[Acesso on-line](#)
- 11.**
FREIRE JÚNIOR, Américo Bedê; ALTOÉ, Marcelo Martins. Investigações empresariais internas e proteção de dados: uma análise de constitucionalidade das restrições impostas pelo Artigo 4º, §§ 2º e 4º, da Lei 13.709/2018 (LGPD). *Revista dos Tribunais*, São Paulo, v. 108, n. 1008, p. 57-91, out. 2019.
- 12.**
FULLER, Greice Patricia; BASSO, Danielle de Mello. Microchip humano e a sociedade da informação: um mundo novo a ser analisado em face dos 30 anos da Constituição Federal brasileira. *Revista de Direito Brasileira*, Florianópolis, v. 9, n. 23, p. 28-49, maio/ago. 2019.
[Acesso on-line](#)
- 13.**
LIMA, Diego Antonio Diniz. A inaplicabilidade da Lei de proteção de dados pessoais no âmbito dos tribunais de contas. *Revista do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte*, Natal, v. 21, n. 1, p. 112-115, jan./dez. 2019.
[Acesso on-line](#)
- 14.**
LUGATI, Lys Nunes; ALMEIDA, Juliana Evangelista de. Da evolução das legislações sobre proteção de dados: a necessidade de reavaliação do papel do consentimento como garantidor da autodeterminação informativa. *Revista de Direito*, Viçosa, v. 12, n. 2, jul./dez. 2020.
[Acesso on-line](#)
- 15.**
MACIEL, Moises. Os tribunais de contas no exercício do controle externo de acordo com nova Lei geral de proteção de dados pessoais. *Revista Controle*, v. 18, n. 1, p. 20-45, jan./jun. 2020.
[Acesso on-line](#)

16.

MARRAFON, Marco Aurélio; COUTINHO, Luiza Leite Cabral Loureiro. Princípio da privacidade por design fundamentos e efetividade regulatória na garantia do direito à proteção de dados. *Revista eletrônica direito e política*, Itajaí, v. 15, n. 3, p. 955-984, 2020.

[Acesso on-line](#)

17.

MOTTA, Clara Amédée Péret. Evolução legislativa do direito digital: a influência europeia na Lei geral de proteção de dados e na criação da autoridade nacional de proteção de dados. *Revista controle*, v. 20, n. 1, p. 50-69, jan./jun. 2022.

[Acesso on-line](#)

18.

OLIVEIRA, Ricardo Alexandre de. Lei geral de proteção de dados pessoais e seus impactos no ordenamento jurídico. *Revista dos tribunais*, São Paulo, v. 107, n. 998, p. 241-261, dez. 2018.

19.

PAMPLONA FILHO, Rodolfo; CONI JUNIOR, Vicente Vasconcelos. A Lei geral de proteção de dados pessoais e seus impactos no direito do trabalho. *Direito Unifacs: debate virtual*, Salvador, n. 239, p. 1-42, maio 2020.

[Acesso on-line](#)

20.

PINHEIRO, Patricia Peck. Nova lei brasileira de proteção de dados pessoais (LGPD) e o impacto nas instituições públicas e privadas. *Revista dos Tribunais*, São Paulo, v. 108, n. 1000, p. 309-323, fev. 2019.

21.

PINTO, Carolina Martins et al. A responsabilidade civil da administração pública sob a ótica da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD. *Fórum administrativo*, Belo Horizonte, v. 21, n. 247, p. 13-29, set. 2021.

22.

REIS, Émilien Vilas Boas; NAVES, Bruno Torquato de Oliveira. O meio ambiente digital e o direito à privacidade diante do big data. *Veredas do Direito*, Belo Horizonte, v. 17, n. 37, p. 145-167, 2020.

[Acesso on-line](#)

23.

RIHL, Rubens. A autoridade nacional de proteção de dados: evolução legislativa, composição e atuação. *Cadernos Jurídicos*, São Paulo, v. 21, n. 53, p. 117-127, jan./mar. 2020.

[Acesso on-line](#)

24.

ROCKEMBACH, Moisés. Estudos de usuários de arquivo e os desafios da Lei geral de proteção de dados. *Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 3, p. 102-115, ago. 2020.

[Acesso on-line](#)

25.

RODRIGUES, Karina Furtado. A política nas políticas de acesso à informação brasileiras: trajetória e coalizões. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 54, n. 1, p. 142-161, jan./fev. 2020.

[Acesso on-line](#)

26.

SALDANHA, Maria. Tribunais de contas se preparam para a LGPD. *Revista TCMRJ*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 73, p. 6-17, jan. 2020.

27.

SAMPAIO, Anderson Tiago Ferreira Santos. A Lei geral de proteção de dados e seus primeiros impactos sobre as ouvidorias. *Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais*, Belo Horizonte, v. 39, n. 2, p. 80-97, jul./dez. 2021.

[Acesso on-line](#)

28.

SANTOS, Ana Luiza Liz dos. Lei geral de proteção de dados: um estudo comparativo em relação à efetividade dos direitos fundamentais. *Revista dos tribunais*, São Paulo, v. 109, n. 1013, p. 105-125, mar. 2020.

29.

SANTOS, Fabíola Meira de Almeida; TALIBA, Rita. Lei geral de proteção de dados no Brasil e os possíveis impactos. *Revista dos Tribunais*, São Paulo, v. 107, n. 998, p. 225-239, dez. 2018.

30.

VARESCHINI, Julieta Mendes Lopes. A Lei geral de proteção de dados no Sistema S: aspectos relevantes. *Revista JML de licitações e contratos*, RJML, Curitiba, v. 14, n. 56, p. 4-11, jul./set. 2020.

31.

VENTURA, Leonardo Henrique de Carvalho. Considerações sobre a nova Lei geral de proteção de dados pessoais. *Boletim de Administração Pública e Gestão Municipal*, Curitiba, v. 9, n. 90, p. 417-421, mar. 2019.

LIVROS E CAPÍTULOS DE LIVROS

1.
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DA REPÚBLICA. *Proteção de dados pessoais e investigação criminal*. Brasília: ANPR, 2020. E-book. (593 p.). ISBN: 978-65- 993102-0-1.
[Acesso on-line](#)
2.
BIONI, Bruno Ricardo. *Proteção de dados pessoais: a função e os limites do consentimento*. 3. ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2021. 311 p.
CDU: 342.721 BIONI PROTE 3 ed.
3.
BRANCHER, Paulo Marcos Rodrigues; BEPPU, Ana Claudia (coord.). *Proteção de dados pessoais no Brasil: uma nova visão a partir da Lei nº 13.709/2018*. Belo Horizonte: Fórum, 2019. 324 p.
CDU:342.721 BRANC PROTE
 - Princípios gerais de proteção de dados pessoais: uma análise dos princípios elencados no Art. 6º da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).
Paulo Marcos R. Brancher, Fabio F. Kujawski e Ana Carolina Heringer C. Casellano.
p. 63-85
 - Direitos dos titulares de dados pessoais.
Raphael de Cunto, Larissa Galimberti e Marcel Leonardi.
p. 87-100
 - Os fundamentos legais para tratamento de dados pessoais: os incisos I e IX do Artigo 7º da Lei nº 13.709/2018.
Ana Claudia Beppu e Tomás Filipe Schoeller Ribeiro Paiva.
p. 101-122
 - Proteção de dados e direito da concorrência: a privacidade como diferencial competitivo.
Daniel Douek, Ricardo Pastore e Bruno Renzetti.
p. 123-145
 - Transferência internacional de dados pessoais: antecedentes mundiais e sua aplicação na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.
Ana Paula Bialer e Priscila Couto.
p. 225-242
 - Mecanismos processuais para tutela da privacidade e dos dados pessoais a partir da LGPD.
João Carlos Zanon, Thiago Silveira Antunes e Letícia Caroline Méo.
p. 243-272

Accountability e responsabilização sobre proteção de dados.
Ricardo Barretto F. Da Silva, Camila Taliberti R. da Silva, Juliana Sene Ikeda e Lorena Pretti Serraglio.
p. 273-293

Enforcement da Lei geral de proteção de dados e sanções.
Eduardo Hayden Carvalhaes Neto e Karen Mentzingen Coutinho.
p. 295-319

4.

CAMACHO, F. V. *Descomplicando a LGPD*. 2020. E-book. (22 p.).

[Acesso on-line](#)

5.

COMISSÃO DE DIREITO DA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DA OAB/RS. *Lei geral de proteção de dados: estudo direcionado e comentado da Lei geral de proteção de dados: artigo a artigo*. Porto Alegre, 2020. E-book.

[Acesso on-line](#)

6.

COTS, Márcio; OLIVEIRA, Ricardo. *Lei geral de proteção de dados pessoais: comentada*. 4. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021. 269p.

CDU: 342.721 (81)(094.4) COTS LEI 4 ed.

7.

CRESPO. Marcelo Xavier de Freitas (coord.). *Compliance no direito digital*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020. v. 3, 379 p.

CDU: 343.352:004 CRESP COMPL v. 3

Desafios regulatórios da internet das coisas: reflexões sobre a LGPD , o consentimento e o direito à explicação.

Eduardo Magrani e Renan Medeiros de Oliveira.

p. 63-78

Frameworks para privacidade e proteção de dados pessoais.

Fernando Fonseca.

p. 107-126.

Roadmap de conformidade: como deve ser um projeto de adequação para a proteção de dados.

Marcelo Xavier de Freitas Crespo... et. ali.

p. 127-155.

Adequação e bases legais: o dilema do enquadramento legal das atividades de tratamento de dados pessoais.

Marcelo Xavier de Freitas Crespo... et. ali.

p. 183-204.

As funções e a atuação do DPO no GDPR e do encarregado na LGPD.

Felipe Palhares.

p. 235-267.

8.

DAL POZZO, Augusto Neves; CAMMAROSANO, Marcio (coord.). *As implicações da COVID-19 no direito administrativo*. 1. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020. 887 p.

CDU: 35:578.834 DALPO IMPLI

O monitoramento de pessoas pela administração pública em tempos de COVID 19 e a Lei geral de proteção de dados pessoais.

Bruna Borghetti Camara Ferreira Rosa e Pérsio Thomaz Ferreira Rosa.

p. 691-707

9.

DAL POZZO, Augusto Neves; MARTINS, Ricardo Marcondes (coord.). *LGPD & administração pública: uma análise ampla dos impactos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020. 991 p.

CDU: 342.721 DALPO ANALI

O princípio da boa administração pública e a LGPD (Lei 13.709/18).

Flávio Garcia Cabral.

p. 63-78

A regulação do uso de dados pessoais: desafios inerentes à atividade e perspectivas com o advento da LGPD: um novo risco?

Fábio Henrique Falcone Garcia e Alexandre Jorge Carneiro da Cunha Filho.

p. 123-136

Ponderações sobre a Lei geral de proteção de dados pessoais no poder público.

Murilo Jacoby e Tatiana Martins da Costa Camarão.

p. 137-146

A LGPD e seus limites regulatórios no âmbito do direito administrativo.

Claudio Carneiro e Augusto Montella Nepomuceno.

p. 147-164

Os fundamentos da Lei de proteção de dados pessoais.

Regis Fernandes de Oliveira.

p. 167-178

Direito à privacidade e o tratamento de dados pessoais pelo público: o interesse público como elemento dialógico da relação.

Bruno Bartelle Basso.

p. 179-198

Dados pessoais e interesse público.

Edmo Colnaghi Neve.

p.199-208

O desembarque da privacidade e da intimidade na LGPD.

Raphael de Matos Cardoso.

p. 209-229

Tratamento de dados pessoais pelo poder público: particularidades previstas na LGPD (Lei 13.709/2018).

Alexandre Levin.

p. 233-248

Tratamento e uso compartilhado de dados pessoais pela administração pública na execução de políticas públicas.

Patrícia Prieto Moreira.

p. 275-292

Compatibilidade entre a proteção de dados e o dever de transparência pública.

Giovana Bellini Ribeiro.

p.293-309

O tratamento de dados pessoais pelo setor público e o alcance da LGPD.

Francisco Gabriel Pacheco Júnior.

p. 311-320

Compartilhamento de dados pessoais no âmbito da administração pública sob a égide da Lei geral de proteção de dados.

Fábio Ferreira Kujawski e Ana Carolina Heringer Castellano.

p.321-332

Impactos da LGPD sobre a atuação da administração pública: alguns desafios e sua efetividade.

Jéssica Acocella.

p. 359- 376

Governança de dados e programa de compliance digital na administração pública: contribuições da LGPD para a integridade governamental.

Davi Valdetaro Gomes Cavalieri.

p. 379-389

A Lei geral de proteção de dados pessoais na administração pública brasileira: é possível implementar governança de dados antes de se implementar a governança em gestão?

Roberta Volpato Hanoff.

p. 391-406

Planejando a implementação de um programa de privacidade a partir da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD): Lei 13.709/2018.

Juliano Heinen.

p. 407-421

A Lei de acesso à informação e a Lei geral de proteção de dados: a transparência proibida.

Fernando Augusto Martins Canhadas.

p. 425-442

A Lei geral de proteção de dados e suas repercussões nos contratos de concessão.

Augusto Neves Dal Pozzo.

p. 445-453

Uso compartilhado de dados pessoais e a possibilidade de geração de receita acessória: uma análise dos efeitos da LGPD sobre os contratos de concessão.

Nathaly Campitelli Roque, Pedro Pinheiro Orduña e Bruno Damasceno Ferreira Santos.

p. 455-471

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e as concessões de serviços públicos.

Rafael Véras de Freitas.

p. 473-487

As empresas estatais e implementação da governança na proteção de dados pessoais.

Rafael Hamze Issa

p. 505-525

Tratamento de dados por empresas estatais no regime da LGPD: incertezas, desafios práticos e soluções possíveis.

Fernando Menegat.

p. 543-555

Autoridade nacional de proteção de dados: aspectos de organização administrativa.

Rodrigo Bordalo.

p. 585-602

Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD): apontamentos sobre sua natureza e regime jurídico.

Pedro da Cunha Ferraz.

p. 621-643

O "vazio regulamentar" do art. 53 e seus impactos na (in)efetividade da LGPD.

Daniel Ferreira.

p. 675-694

As sanções administrativas de multa simples e multa diária na LGPD.

Francisco Zardo.

p. 695-707

O regime sancionador da LGPD.

Pedro Luiz Ferreira de Almeida.

p. 709-729

O sistema sancionatório da nova Lei geral de proteção de dados.

Giuseppe Giamundo Neto.

p. 743-757

Lei geral de proteção de dados na experiência europeia e impactos na jurisprudência do STF: o caso da divulgação nominal da remuneração dos servidores públicos.

Luciano Ferraz.

p. 851-862

Interfaces entre o dever de transparência e a proteção dos dados pessoais no âmbito da administração pública.

Guillermo Glassman.

p. 863-878

Análise dogmática jurídica da legislação geral de proteção de dados no direito administrativo referente aos dados do agente público.

Fretz Sievers Júnior.

p. 879-892

A Lei geral de proteção de dados e a administração pública: por uma convergência da privacidade com o interesse público.

Daniel Bucar e Rafael Carvalho Rezende Oliveira.

p. 895-912

Passado, presente e futuro da proteção de dados contra a administração pública.

Lucas Catib de Laurentiis.

p. 931-943

LGPD no setor público: como maximizar benefícios, minimizar riscos, sua regulamentação e os efeitos da COVID-19.

Carlos Sanseverino.

p. 945-959

Lei geral de proteção de dados e direito administrativo em época de pandemia.

Carolina Reis Jatobá Coêlho.

p. 961-976

LGPD e inovações no setor público: o caso das Edutechs.

Patrícia Pessoa Valente e Giovanna Micalli.

p. 979-991

10.

DONEDA, Danilo (coord.). *Lei geral de proteção de dados (Lei nº 13.709/2018): a caminho da efetividade: contribuições para a implementação da LGPD*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020. 255 p.

CDU: 342.721 DONED LEI

11.

FERRAZ, Sérgio. *Lei geral de proteção de dados*. Belo Horizonte: Fórum, 2021. 133 p.

CDU: 342.721 FERRA LEIGE

12.

FRANCOSKI, Denise de Souza; TASSO, Fernando Antonio (coord.). *A Lei geral de proteção de dados pessoais: aspectos práticos e teóricos relevantes no setor público e privado: LGPD*. 1. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021. 987 p.

CDU: 342.721 FRANC LEI

Aspectos práticos para a implementação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD nos órgãos públicos: o case do Tribunal de Justiça de Santa Catarina - TJSC.

Denise de Souza Luiz Francoski.

p. 29-100

Temas relevantes na implementação da LGPD em instituições públicas de grande porte: estudo de caso do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Fernando Antonio Tasso.

p. 101-136

O tratamento de dados pessoais pela administração pública: transparência, bases legais e limites constitucionais.

Gustavo Gil Gasiola.

p. 137-161

A LGPD e o balé dos princípios: tensões e convergências na aplicação dos princípios de proteção de dados pessoais ao setor público.

Miriam Wimmer.

p. 163-186

Controladores e operadores: papéis, distinções, mitos e equívocos.

Marcel Leonardi.

p. 187-203

A LGPD como uma norma de ordem pública.

Felipe Palhares.

p. 205-222

A construção multissetorial da LGPD: história e aprendizados.

Bruno Ricardo Bioni.

p. 223-257

Legítimo interesse: nuances e limites para aplicações práticas no âmbito da LGPD.

Renato M. S. Opice Blum e Tiago Neves Furtado.

p. 301-317

Os desafios da compatibilização da LAI com a LGPD no judiciário.

Walter Aranha Capanema.

p. 343-363

Ser um DPO no setor público: ponto de vista lituano.

Ingrida Mitkeviciene e Raimonda Peciuliene.

p. 365-395

Os impactos da Lei geral de proteção de dados sobre a atuação do Ministério Público.

Fernando da S. Comin, Giovanni Andrei F. Gil e Roberto K. Bornhausen.
p. 397-426

Direitos dos titulares: fundamentos, limites e aspectos práticos.

Renato Leite Monteiro e Sinuhe Cruz.
p. 259-300

A Lei geral de proteção de dados pessoais e o protagonismo da universidade: a cultura da proteção de dados pessoais.

Geralda Magella de Faria Rossetto, Maéve Rocha Diehl e Cláudio José Amante.
p. 319-342

O compartilhamento de dados pessoais oriundas de bases de dados públicas: a compatibilidade entre a LAI e a LGPD.

Marcello Muller Teive.
p. 427-440

Cibersegurança no compartilhamento de dados entre entes públicos e privados.

Patricia Peck Pinheiro.
p. 441-457

Inteligência artificial e direitos fundamentais: a dispensa de consentimento em atividades do setor público.

Roberta Zumblick Martins Silva e Ana Luisa Tarter.
p. 459-478

Cookies e proteção de dados: análise teórica e prática para os setores público e privado.

Caio César Carvalho Lima.
p. 491-515

Segurança da informação e proteção de dados pessoais.

Ricardo Villas Bôas Cueva.
p. 539-550

Frameworks de proteção de dados pessoais e segurança da informação úteis para os setores público e privado.

Camilla do Vale Jimene.
p. 551-570

Aspectos importantes e diferenciados entre a GDPR e a LGPD.

Andrea Willemin.
p. 571-587

A LGPD e os novos paradigmas da tecnologia da informação no Poder Judiciário.

Giovanni Moresco.
p. 589-612

A regulação do reconhecimento facial e seus impactos para os setores público e privado no Brasil: uma análise comparativa internacional.

Fábio Luiz Barboza Pereira e Cecília Alberton Coutinho Silva.

p. 613-646

Desafios para implementação da Lei geral de proteção de dados no setor privado.

Marcilio Braz Júnior.

p. 649-669

Proteção de dados pessoais: contornos da formação de um novo direito.

Danilo Doneda.

p. 671-685

O direito ao esquecimento, o direito ao apagamento no GDPR e o direito à eliminação dos dados na LGPD.

Viviane Nóbrega Maldonado.

p. 687-706

As qualificações e os desafios do encarregado pelo tratamento de dados pessoais no setor privado.

Rony Vainzof e Henrique Fabretti Moraes.

p. 707-738

Proteção de dados e democracia: a ameaça da manipulação informacional e digital.

Ana Frazão.

p. 739-762

As funções da Autoridade nacional de proteção de dados e as sanções previstas na LGPD.

Cíntia Rosa Pereira Lima.

p. 763-779

Os desafios para a proteção de dados no contexto de transferências internacionais de dados pessoais no setor privado.

Matheus Passos Silva.

p. 781-813

A validade do consentimento nas relações de trabalho.

Samara Schuch Bueno.

p. 815-838

Decisões automatizadas: o futuro regulatório de inteligência artificial.

Núria López.

p. 839-856

Blockchain como ferramenta de compliance na gestão do consentimento do titular dos dados pessoais.

Renata Barros Souto Maior Baião e Roberta Volpato Hanoff.

p. 857-876

A LGPD como elemento catalizador da inovação responsável.

Luiza Sato.

p. 877-898

LGPD e CDC: política de cookies e a insuficiência informacional.

Monike Mary Clasen.

p. 899-924

Desafios de efetivação da LGPD: comentários sobre a fiscalização e a prestação de contas.

Marcelo Crespo.

p. 925-940

Pseudonimização como medida técnica de proteção de dados pessoais.

Marta Juvina de Medeiros.

p. 941-961

Inovação e proteção de dados: como inovar sem medo em tempos de LGPD.

Ademir Piccoli.

p. 963-987

13.

FRANÇA, Phillip Gil. *Controle do ato administrativo e consequencialismo jurídico na era da IA: judicialização, discricionariedade, compliance e LGPD*. 5. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021. 539 p.

CDU: 35.077.2 FRANÇ CONTR 5 ed.

14.

GOVERNO FEDERAL (Brasil). *Guia de boas práticas Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)*. Brasília: Governo Digital, 2020. E-book. (69 p.).

[Acesso on-line](#)

15.

HACKEROTT, Nadia Andreotti Tüchumantel (coord.). *Aspectos jurídicos do e-commerce*. 1 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021. 350 p.

CDU: 34:004 738.5 HACKE ASPEC

Tratamento de dados pessoais.

Patrícia Peck Pinheiro e Larissa Carolina L. da Costa.

p. 169-184

Compliance, LGPD e seus impactos no e-commerce.

Ana Paula Moraes C. de Lima, Marcus Vinicius H. Maida e Milla C. Fonseca.

p. 329-350

16.

LIMA, Ana Paula Moraes Canto de; HISSA, Carmina Bezerra; SALDANHA, Paloma Mendes (coord.). *Direito digital: debates contemporâneos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019. 299 p.

CDU: 34:004 LIMA DIREI

Big Data e justiça criminal: uso e implicações da análise massiva de dados no sistema judicial.

Alessandra Cristina de Mendonça Siqueira

p. 83-93

A proteção de dados no Brasil.

Ana Amelia Menna Barreto.

p. 95-106

Impactos da tecnologia nas relações de trabalho.

Camila do Vale Jimene.

p. 107-116

O impacto da LGPD na aplicação das normas de compliance.

Carmina Bezerra Hissa e Priscilla Hissa do N. Galamba.

p. 117-128

O impacto da Lei de proteção de dados pessoais para as instituições de ensino: Lei 13.709/2018.

Cristina Moraes Sleiman.

p. 129-139

Para além de uma “obrigação legal”: o que a metodologia de benefícios e riscos nos ensina sobre o papel dos relatórios de impacto à proteção de dados.

Maria Cecília Oliveira Gomes.

p. 141-153

Distopia cibernética e a vida social: a exposição e a venda de dados são legais?

Maria Renata Keithlyn de G. Cruz e Maria Amália A. Camara.

p.155-166

A proteção das crianças e adolescentes na Lei geral de proteção de dados pessoais brasileira e a concepção de infância com as novas tecnologias.

Patricia Rodrigues de Salles Prado.

p. 167-177

O impacto preliminar da Lei geral de proteção de dados brasileira nas relações de trabalho e os recursos humanos.

Valéria Reani Rodrigues Garcia.

p. 179-193

O direito ao esquecimento na ordem internacional.

Viviane Nóbrega Maldonado.

p.195-207

O uso de ODRs como solução alternativa de conflitos envolvendo proteção de dados pessoais.

Patricia Peck Pinheiro e Larissa Carolina Lotufo da Costa.

p. 289-299

17.

LIMA, Ana Paula Moraes Canto de; CRESPO, Marcelo; PINHEIRO, Patrícia Peck. *LGPD aplicada*. São Paulo: Atlas, 2021. 253 p.

CDU: 342.721 LIMA LGPD

Lições e boas práticas do setor de tecnologia para todas as organizações: segurança e governança de dados.

Carlos Reolon e Andriei Gutierrez.

p.3-16

A confidencialidade e a Lei geral de proteção de dados.

Cláudio Joel Brito Lóssio e Coriolano Aurélio Almeida Camargo Santos.

p. 17-24

Reflexões sobre o uso da inteligência artificial no processo de recrutamento e seleção de colaboradores à luz da Lei geral de proteção de dados pessoais brasileira.

Valéria Reani Rodrigues Garcia.

p.25-36

Terceirização do tratamento de dados: a relação entre controlador e operador.

Cintia Maria Ramos Falcão e Keller, Elaine Zordan.

p.39-49

A publicidade digital e a LGPD: insights sobre o modelo de negócios e como proteger dados pessoais.

Marcelo Crespo.

p. 53-68

Privacidade de dados e business intelligence nas redes sociais: profiling como ato lesivo à luz da lei geral de proteção de dados.

Gustavo Rabay Guerra e Juliana Targino Nóbrega.

p. 69-82

A adequação do e-commerce à Lei geral de proteção de dados pessoais: como ficar em compliance com as exigências legais.

Ana Paula Marques Canto de Lima.

p. 85-101

A proteção de dados no setor financeiro.

Patrícia Peck Pinheiro.

p.105-115

Desafios de adequação à LGPD em instituições de ensino.

Cláudio Lucena e Roberta Gomes.

p. 117-131

A proteção de dados pessoais e o direito autoral dos titulares de dados na indústria criativa.

Camila Maria de Moura Vilela.

p. 133-147

Proteção de dados pessoais e a indústria do entretenimento: uma análise do uso de pulseiras inteligentes (tecnologia RFID) em eventos e dos desafios práticos inerentes à privacidade.

Maria Beatriz Saboya Barbosa.

p. 149-158

A adequação das startups à Lei geral de proteção de dados pessoais: desafios e oportunidades.

Raíssa Cristina de Moura Ferreira.

p. 159-170

A LGPD na saúde: desafios da adequação à LGPD em uma clínica multidisciplinar.

Fabiani Oliveira Borges da Silva.

p. 171-192

A LGPD e a indústria farmacêutica.

Cintia Ricco e Liana I. A. Cunha Crespo.

p. 196-207

LGPD no setor automobilístico.

Cristina Moraes Sleiman e Philip Mario Derderian.

p. 209-224

Dados em automático, crosscheck e confirmar: a LGPD no setor da aviação civil.

Felipe Palhares.

p. 225-237

LGPD aplicada ao setor de energia.

Luiza Sato.

p.239-253

18.

MACIEL, Moises. *Os tribunais de contas e a nova Lei de proteção de dados pessoais: uma análise acerca da função dos tribunais de contas e sua relação com a proteção de dados.* Belo Horizonte: Fórum, 2021. 306 p.

CDU: 351.94:342.721 MACIE TRIBU

19.

MALDONADO, Viviane Nóbrega et al. *LGPD: Lei geral de proteção de dados pessoais: manual de implementação.* 2. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021. 382 p.

CDU: 342.721 MALDO LGPDM 2 ed.

20.

MALDONADO, Viviane Nóbrega (coord.). *LGPD: Lei geral de proteção de dados comentada*. 3. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021. 464p.

CDU: 342.721 (81)(094.4) MALDO LGPD 3 ed.

21.

MALDONADO, Viviane Nóbrega (coord.). *Manual do DPO: data protection officer*. 1. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021. 240 p.

CDU: 342.721 MALDO MANUA

Contextualização da proteção de dados no Brasil e no mundo e elementos essenciais da LGPD.

Viviane Nóbrega Maldonado.

p. 11-32

Data protection officer: indicação, funções e responsabilidade.

Nuria Lopez.

p.33-51

Plano de implementação para a conformidade à LGPD: parte I.

Thamilla Talarico.

p.53-72

Plano de implementação para a conformidade à LGPD: parte II.

Josmar Lenine G. Júnior.

p. 73-107

Medidas técnicas e administrativas para a segurança da informação.

Domingo Montanaro.

p. 109-128

Procedimentos específicos a serem adotados pelos agentes de tratamento.

Felipe Palhares.

p.129-151

A autoridade nacional de proteção de dados: constituição e competências.

Fabício da Mota Alves.

p. 153-177

Boas práticas e governança corporativa.

Gisela Pimenta Gadelha.

p.179-207

A proteção de dados e as novas tecnologias.

Helder Galvão.

p.227-240

22.

MARINHO, Fernando. *Os 10 mandamentos da LGPD: como implementar a Lei geral de proteção de dados em 14 passos*. São Paulo: Atlas, 2020. 200 p.

CDU: 342.721 MARIN MANDAM

23.

MIRANDA, Leandro Alvarenga. *A proteção de dados pessoais e o paradigma da privacidade*. São Paulo: All PrInt, 2018. 302 p.

CDU: 342.721 MIRAN PROTE

24.

OLIVEIRA, Ricardo; COTS, Márcio. *O legítimo interesse e a LGPD: Lei geral de proteção de dados pessoais*. 2. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021. 346 p.

CDU: 342.721 OLIVE LEGIT 2 ed.

A importância da LGPD e seu papel no ordenamento jurídico brasileiro.
Ricardo Oliveira.

p. 29-57

O legítimo interesse e a legítima expectativa do titular dos dados pessoais.

Ricardo Oliveira.

p. 113-137

Legítimo interesse e os dados tornados públicos e de acesso público.

João Pedro Ferraz Teixeira.

p. 163-190

Legítimo interesse sob a perspectiva da GDPR.

Andresa Cruz.

p. 277-311

25.

OLIVEIRA, Samuel Rodrigues de. *Sorria, você está sendo filmado!:* repensando direitos na era do reconhecimento facial. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021. 267 p.

CDU: 342.721 OLIVE SORRI

26.

PALHARES, Felipe; PRADO, Luis Fernando; VIDIGAL, Paulo. *Compliance digital e LGPD*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021. 399 p.

CDU: 343.352:342.721 PALHA COMPL v. 5

27.

PALHARES, Felipe (coord.). *Temas atuais de proteção de dados*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020. 549 p.

CDU: 342.721 PALHA TEMAS

AdTechs e proteção de dados.
Isabella da Penha Lopes Santana.
p. 61-98

Blockchain e proteção de dados.
Anne Chang e Cynthia Barbosa de Almeida.
p. 99-126

Privacidade e proteção de dados na indústria financeira.
Alan Campos Elias Thomaz.
p. 127-152

Autoridades de proteção de dados pessoais no mundo : fundamentos e evolução na experiência comparada.
Miriam Wimmer.
p. 153-170

Desafios da adequação do poder público à LGPD.
Fabricio da Mota Alves.
p. 171-195

Base legal “legítimo interesse” e seus desdobramentos.
Fernanda Simplicio Maia e Remilina Yun.
p. 197-215

Aspectos controvertidos entre a Lei geral de proteção de dados e o Marco civil da internet.
Marcel Leonardi.
p. 217-243

Entre o método e a complexidade: compreendendo a noção de risco na LGPD.
Maria Cecília Oliveira Gomes.
p. 245-271

A evolução do direito ao esquecimento.
Viviane Nóbrega Maldonado.
p. 273-301

Artigo 23 da LGPD como base legal autônoma para o tratamento de dados pessoais pelo poder judiciário.
Renata Barros Souto Maior Baião.
p. 303-319

Responsabilidade civil na LGPD: subjetiva ou objetiva?
Raíssa Cristina de Moura Ferreira.
p. 321-344

Tutela coletiva e coletivização da proteção de dados pessoais.
Rafael A. Zanatta.
p. 345-373

Gestão de incidentes de violação de dados pessoais.

Marcelo Crespo.

p. 419-442

Complexidades na implementação da LGPD em multinacionais.

Gustavo Corrêa Godinho.

p. 443-465

Tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes: a LGPD e os demais diplomas legais existentes no Brasil.

Ana Carolina Cagnoni.

p. 467-486

Big data, pandemia e proteção de dados pessoais.

Aline Fuke Fachinetti.

p. 487-506

Pandemia: gestão de crise e proteção de dados.

Patrícia Peck Pinheiro.

p.507-527

28.

PINHEIRO, Patricia Peck. *Direito digital aplicado 4.0*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020. 331 p.

CDU: 34:004 PINHE DIREI

ADRS no contexto da proteção de dados.

Larissa Carolina Lotufo da Costa.

p. 175-196

Os desafios de implementação da LGPD: uma visão a partir dos princípios do art. 6º da LGPD.

Marcelo Crespo.

p. 144-155

Proteção de dados da criança e do adolescente.

Mariana Peres Leite.

p. 208-226

Dados pessoais sensíveis na LGPD.

Bianca Bona Stadler.

p. 156-174

29.

PINHEIRO, Patricia Peck. *#Direito digital*. 7. ed. rev. ampl. e atual. São Paulo: Saraiva jur, 2021. 756 p.

CDU: 34:004 PINHE DIREI 7 ed.

30.

PINHEIRO, Patricia Peck. *Proteção de dados pessoais: comentários à Lei 13.709/2018 (LGPD)*. 3. ed. São Paulo: Saraiva jur, 2021. 176 p.

CDU: 342.721(81)(094.4) PINHE PROTE 3 ed.

31.

RAIS, Diogo; PRADO FILHO, Francisco Octavio de Almeida (coord.). *Direito público digital: o Estado e as novas tecnologias: desafios e soluções*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020. 255 p.

CDU: 34:004 RAIS DIREI

Cidadania em xeque: entre o interesse público e a proteção de dados pessoais.

Stela Chaves Rocha Sales e Camila Akemi Tsuzuki.

p. 71-86

O tratamento de dados biométricos na LGPD: dilemas jurídicos e políticos de seu processamento.

Victor Doering Xavier da Silveira e Alexandre Pacheco da Silva.

p. 99-113

Identidades digitais e proteção de dados pessoais: um desafio para o Brasil.

Natalia Langenegger e Fernanda Mascarenhas Marques.

p. 159-185

Público, porém não disponível: os limites de tratamento do dado pessoal público.

Alexandre Pacheco da Silva e Victor Nóbrega Luccas.

p. 229-255

32.

SILVA, Fabrício Lima. *Manual do compliance trabalhista: teoria e prática*. 2. ed. Salvador: JusPODIVM, 2021. 766 p.

CDU: 331:343.352 SILVA MANUA 2 ed.

Lei geral de proteção de dados e seus impactos nas relações de trabalho.

Fabrício Lima Silva, Iuri Pinheiro e Vólia Bomfim.

p. 723-757

33.

SOUZA, Carlos Affonso; MAGRANI, Eduardo; SILVA, Priscilla (coord.). *Caderno Especial: Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019. 269p.

CDU: 342.721 MANGE LEI

A autonomia do direito fundamental de proteção de dados.

Danilo Doneda.

p. 15-33

A Lei geral de proteção de dados pessoais: um modelo de aplicação em três níveis.

Laura Schertel Mendes.

p. 35-56

- A tutela dos dados pessoais sensíveis na Lei geral de proteção de dados.
Caitlin Mulholland e Isabella Z. Frajhof.
p. 57-70
- Principais bases legais de tratamento de dados pessoais no setor privado.
Marcel Leonardi.
p. 71-85
- Conceito e limites do interesse legítimo: um estudo comparado.
Priscilla Silva, Ana Lara Mangeth e Giovana Carneiro.
p. 87-103
- Tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes: proteção e consentimento.
Chiara Spadaccini de Teffé.
p. 105-120
- Desafios para efetivação do direito à explicação na Lei geral de proteção de dados do Brasil e na General Data Protection Regulation.
Renato Leite Monteiro.
p. 121-132
- A Lei geral de proteção de dados pessoais e um "direito ao esquecimento" no Brasil.
Caio César de Oliveira.
p. 133-152
- Administração Pública e Lei geral de proteção de dados.
Daniel Bucar.
p. 153-165
- Regime de responsabilidade adotado pela Lei de proteção de dados brasileira
Gisela Sampaio da Cruz Guedes.
p. 167-182
- Agentes de tratamento de dados, atribuições e diálogo com o Código de defesa do consumidor.
Rafael A. Zanata.
p. 183-198
- O relatório de impacto à proteção de dados pessoais no Brasil: gerenciando riscos e comprovando conformidade legal.
Filipe Fonteles Cabral.
p. 200-211
- Incidentes de segurança e dever de notificação à luz da Lei geral de proteção de dados pessoais.
Carlos Affonso Souza e Vinicius Padrão.
p. 213-226

Um olhar internacional: Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e o General Data Protection Regulation (GDPR), adequação e transferência internacional de dados.

Mario Viola e Leonardo Henringer.

p. 227-239

Proteção de dados pessoais no Brasil: antinomias internas e aspectos internacionais.

Leonardo Parentoni e Henrique Cunha Souza Lima.

p. 241-269

34.

TEIXEIRA, Tarcisio; ARMELIN, Ruth Maria Guerreiro da Fonseca. *Lei geral de proteção de dados pessoais: comentada artigo por artigo*. 3. ed. rev. atual. ampl. Salvador: JusPODIVM, 2021. 208 p.

CDU: 342.721 (81)(094.4) TEIXE LEI 3 ed.

35.

TEIXEIRA, Tarcisio; MAGRO, Américo Ribeiro (coord.). *Proteção de dados: fundamentos jurídicos*. 2. ed. Salvador: JusPODIVM, 2021. 269 p.

CDU: 342.721 TEIXE PROTE 2 ed.

A (in)eficácia do direito à anonimização de dados pessoais em face da análise de big data dos metadados produzidos no âmbito da internet das coisas.

Américo Ribeiro Magro.

p. 13-51

A Lei geral de proteção de dados pessoais e o tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes.

Valter da Costa Santos.

p. 53-87

A obrigatoriedade de eliminação de dados pessoais após o término de seu tratamento e a aplicação do direito ao esquecimento.

Fernanda Shimomura Zuffa.

p. 89-116

O tratamento de dados pessoais pelo poder público a partir da perspectiva da LGPD.

Ana Paula Martins Regioli Pereira.

p. 117-139

Ônus e bônus da evolução tecnológica no tratamento de dados por serventias notariais e registrais.

Rodrigo Ichikawa Claro Silva.

p. 141-169

Reflexões sobre segurança, boas práticas, governança e compliance na proteção de dados.

André Pedroso Kasemirski.

p. 171-201

A estrutura e a natureza jurídica da Autoridade nacional de proteção de dados com base na Lei nº 13.853/19.

Maria Eugênia Bordinassi de Castro.

p. 203-232

As limitações da utilização de mecanismos de big data à luz da Lei geral de proteção de dados pessoais.

Hugo Crivilim Agudo.

p. 233-269

36.

TEPEDINO, Gustavo; FRAZÃO, Ana; OLIVA, Milena Donato (coord.). *Lei geral de proteção de dados e suas repercussões no direito brasileiro*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020. 814 p.

CDU: 342.721 TEPE LEI 2 ed.

Fundamentos da proteção dos dados pessoais: noções introdutórias para a compreensão da importância da Lei geral de proteção de dados.

Ana Frazão.

p. 23-52

A proteção de dados pessoais na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

Ricardo Villas Bôas Cueva.

p. 83-96

Objetivos e alcance da Lei geral de proteção de dados.

Ana Frazão.

p. 97-126

A titularidade de dados pessoais prevista no art. 17 da LGPD: direito real ou pessoal?

Roberta Mauro Medina Maia.

p. 127-152

Quando a Lei geral de proteção de dados não se aplica?

Joyceane Bezerra de Menezes e Hian Silva Colaço.

p. 153-193

Diálogo entre a Lei geral de proteção de dados e a Lei de acesso à informação.

Ana Carla Harmatiuk Matos e Carlos Eduardo Pianovski Ruzyk.

p. 195-215

Direitos do titular de dados pessoais na Lei 13.709/2018: uma abordagem sistemática.

Eduardo Nunes de Souza e Rodrigo da Guia Silva.

p. 237-279

Consentimento e proteção de dados pessoais na LGPD.

Gustavo Tepedino e Chiara Spadaccini de Teffé.

p. 281-318

Potencialidades do direito de acesso na nova Lei geral de proteção de dados pessoais (Lei 13.709/2018).

Carlos Edison do R. Monteiro Filho e Diana Paiva de Castro.

p. 319-342

O direito à portabilidade na Lei geral de proteção de dados.

Daniela Copetti Cravo.

p. 23-52

Direito ao esquecimento e proteção de dados pessoais na Lei 13.709/2018: distinções e potenciais convergências.

Anderson Scheiber.

p. 363-380

Os direitos de explicação e de oposição diante das decisões totalmente automatizadas: comparando o RGPD da União Europeia com a LGPD brasileira.

Alexandre Veronese.

p. 381-411

Tratamento de dados pessoais por “legítimo interesse do controlador”: primeiras questões e apontamentos.

Daniel Bucar e Mario Viola.

p. 459-478

Primeiras impressões sobre o tratamento de dados pessoais nas hipóteses de interesse público e execução de contratos.

Luciana Pedroso Xavier, Marília Pedroso Xavier e Mayara Guibor Spaler.

p. 479-497

A autoridade parental e o tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes.

Ana Carolina Brochado Teixeira e Anna Cristina de Carvalho Rettore.

p. 499-523

Proteção de dados pessoais da pessoa com deficiência.

Heloisa Helena Barbosa, Paula M. F. de Lemos Pereira e Vitor Almeida.

p. 525-554

Tratamento de dados para concessão de créditos.

Milena Donato Oliva e Francisco de Assis Viégas.

p. 555-594

A utilização econômica de rastreadores e identificadores on-line de dados pessoais.

Aline de Miranda Valverde Terra e Caitlin Mulholland.

p. 595-613

37.

WACHOWICZ, M. (org.). *Proteção de dados pessoais em perspectiva: LGPD e RGPD na ótica do direito comparado*. Curitiba: GEDAI/UFPR, 2020. E-book. (628 p.) ISBN: 978-65- 86233-51-3.

[Acesso on-line](#)